

DÍVIDA EXTERNA

Estouro das metas faz Brasil mudar Carta

BRASÍLIA — Os técnicos da área econômica aprenderam a lição. Nas próximas cartas de intenções a serem elaboradas para o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Governo não pretende mais incluir metas de política monetária. Constataram que estas metas, além de não serem normalmente cumpridas, são dispensáveis e até incoerentes com os critérios efetivamente utilizados pelo Fundo para julgar o comportamento da economia.

Até agora, o Governo incluiu em suas cartas de intenções ao FMI metas de bases monetária (emissão primária de moeda) e de meios de pagamento (dinheiro em poder do

público e depósitos à vista nos bancos), quase sempre estouradas por força dos altos índices de inflação.

Além de serem difíceis de cumprir, as da base monetária e dos meios de pagamento são desnecessárias para o Fundo Monetário, pois o que realmente interessa ao FMI é que o País cumpra os chamados critérios de **performance** (metas que condicionam a liberação de recursos do Fundo). Eles são: na área externa, a acumulação de reservas internacionais e a redução do déficit do balanço de pagamentos; no âmbito interno, a contenção do crédito interno líquido e do déficit público.

Os técnicos governamentais apontam mais motivos para a não inclusão de metas monetárias nas Cartas de intenções. A acumulação de reservas internacionais, que se traduz em emissão de cruzeiros. À medida que entram mais dólares nos cofres do Banco Central, automaticamente, há expansão da base monetária.

E mais: a eliminação dos subsídios ao consumo e ao crédito, como exige o FMI, também é incompatível com a fixação de metas rigorosas de política monetária, porque provoca inflação e a expansão dos meios de pagamento e da base monetária acima das previsões.